

Dia 2, a nova Secretaria do Tesouro

Sem um departamento específico para administrar a dívida pública de Cr\$ 218 trilhões (papéis em poder do sistema bancário), começa a funcionar em 2 de janeiro a nova Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Fazenda. O presidente José Sarney assinará nos próximos dias, decretos criando o novo órgão e nomeando seu titular. O projeto original previa um departamento exclusivo para administrar a dívida pública mobiliária, mas pressões muito fortes do Banco Central afastaram essa possibilidade. É que o BC estava ameaçado de perder sua autonomia nessa área, através de sua diretoria de dívida pública (Didip), no Rio de Janeiro.

A nova Secretaria do Tesouro resultará na ampliação das atividades da atual Comissão de Programação Financeira (CPF), também do Ministério da Fazenda. A secretaria terá a função exclusiva de coordenar e controlar todos os direitos e responsabilidades financeiras do governo federal, incluindo a fiscalização da execução do orçamento da União. Além de liberar as dotações financeiras para os múltiplos órgãos governamentais, a nova secretaria controlará os avais concedidos pelos bancos esta-

tais e pelo Tesouro Nacional, e acompanhará as participações societárias do governo em companhias privadas e de economia mista.

O titular da nova Secretaria do Tesouro gozará do mesmo status que tem o secretário da Receita Federal, Patury Accioly. Um técnico do alto escalão da Nova República assinalou que nem chegou a ser cogitada a idéia de se atribuir à secretaria os poderes de um ministério, apesar de o governo colocar entre suas prioridades o combate ao déficit público. Derrotada na primeira batalha com o Banco Central, a nova secretaria terá de enfrentar outra com a Secretaria Geral de Controle Interno (Secin), também do Ministério da Fazenda. É que a Secretaria do Tesouro nascerá com a mesma competência daquela co-irmã mais antiga. A prática tem demonstrado facilidade de se criar novas repartições públicas, o déficit é reduzi-las, devido ao forte poder político dos tecnocratas.

O tempo vai mostrar que não poderá haver duplo comando na administração da dívida pública, e o Banco Central acabará cedendo, disse a O Estado uma categorizada fonte do governo. De qualquer forma, André Lara Resende, diretor da Didip, terá

de se entender com a Secretaria do Tesouro, quanto à forma e à oportunidade de o Banco Central vender títulos da dívida pública para cobrir despesas sem provisão do governo federal.

O problema reside na Lei Complementar nº 12, que atribuiu ao BC liberdade e poder para administrar a dívida pública e permite a colocação de títulos com objetivo de política monetária. Para que seja delimitada claramente a função da Didip e da Secretaria do Tesouro, haverá que se distinguir o que é dívida pública e política monetária, lembra o alto funcionário do governo. Para todos os efeitos, o BC continuará operacionalizando os leilões de ORTN, como agente do Tesouro, mas a decisão final nesta área terá de estar reservada à ST.

A nova secretaria trabalhará articuladamente com a Secin — se não for extinta — e com a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), da Seplan, um órgão que programa todas as despesas e investimentos do governo federal, conforme as prioridades estabelecidas pelo ministro da área, agora João Sayad. A SOF não será ofuscada pela Secretaria do Tesouro.